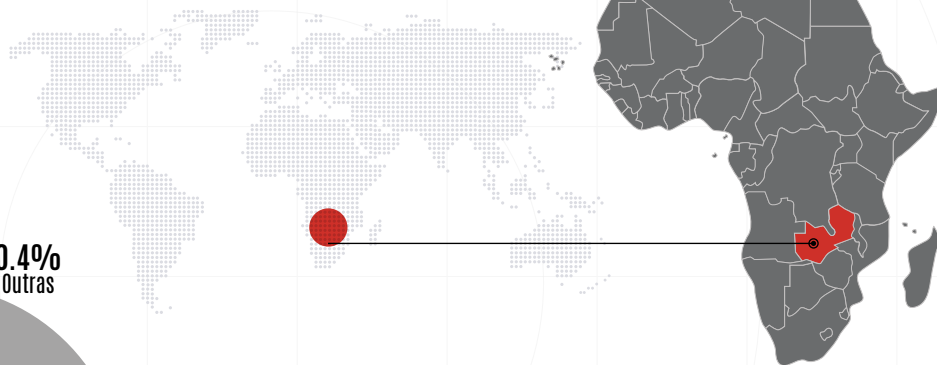
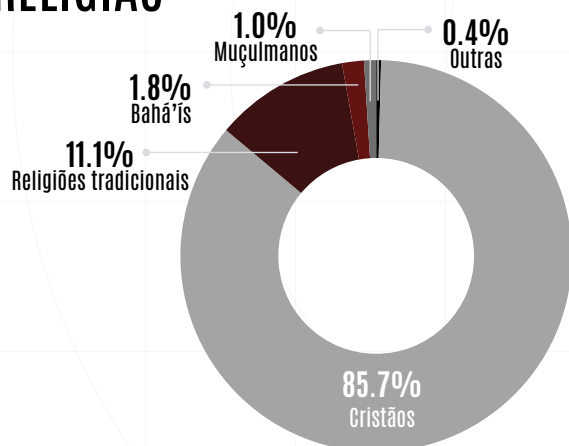




ZÂMBIA

RELIGIÃO



População

18,679,273

PIB per capita

3,689 US\$

Área

752,612 Km²

Índice de Gini*

57.1

*Desigualdade económica

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E SUA APLICAÇÃO EFECTIVA

O n.º 1 do artigo 19.º da Constituição da Zâmbia consagra a liberdade religiosa, incluindo o direito a mudar a própria fé religiosa, o direito a expressar publicamente a própria fé e a propagar a própria religião.¹ Uma alteração introduzida em 1996 afirma que a Zâmbia é um país cristão, que respeita o direito dos cidadãos à liberdade de consciência e culto. Embora isto torne a Zâmbia num estado confessional cristão, a Constituição garante a protecção dos não cristãos, a quem é dado o direito de seguirem a religião à sua escolha. Não há outras leis no país que cerceiem esta liberdade religiosa.

Os cidadãos são livres de se converterem a uma religião à sua escolha. As Igrejas são livres de evangelizar abertamente, de construir locais de culto, de realizar trabalho pastoral e catequético e de angariar fundos dentro do país, bem como de solicitar e receber fundos do estrangeiro. A legislação da Zâmbia proíbe a discriminação no local de trabalho, incluindo a discriminação por motivos religiosos.²

A instrução religiosa é obrigatória do 1.º ao 9.º ano, com o currículo centrado no Cristianismo, mas incluindo elemen-

tos de outras religiões.³ Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Constituição, os grupos religiosos podem disponibilizar a sua própria instrução religiosa e gerir as suas próprias escolas.⁴

O Ministério da Orientação Nacional e Assuntos Religiosos está autorizado a supervisionar os assuntos religiosos e a promover os valores cristãos. Foram anunciados novos regulamentos, com indicação de que deveriam ser aplicados a partir do início de 2020. No entanto, à data em que escrevemos, não é claro se este regulamento já está a ser aplicado. De acordo com os novos regulamentos, os grupos religiosos são obrigados a registar-se junto do Registo das Sociedades, no Ministério dos Assuntos Internos, e são obrigados a formar ou aderir a uma única organização de cúpula, “que reúne igrejas e denominações individuais sob uma única autoridade administrativa”, o que requer formação formal para o clero.⁵ O registo pode ser revogado pelo ministro dos Assuntos Internos por motivos como o não pagamento das taxas de registo ou a constatação de que o grupo tem, ou pretende ter, acções contrárias aos interesses da “paz, bem-estar ou boa ordem”.⁶ Segundo o Ministério dos Assuntos Internos, o objectivo é aumentar a transparência e a responsabilidade, reduzir o fenómeno da auto-ordenação, controlar o rápido crescimento de novas Igrejas e assegurar o cumprimento

da lei por parte dos grupos religiosos.⁷

As Igrejas podem candidatar-se à obtenção de um certificado de isenção do pagamento de impostos, que é normalmente aplicável às organizações de “utilidade pública”, incluindo as organizações ligadas a grupos religiosos.⁸

Depois dos Cristãos e das religiões tradicionais, os Bahá'ís são a maior comunidade religiosa da Zâmbia. O país também acolhe uma pequena comunidade muçulmana, centrada sobretudo em Lusaka e nas províncias do Leste e da Cintura do Cobre, constituída por imigrantes naturalizados (do Sul da Ásia, da Somália e do Médio Oriente) e por alguns naturais da Zâmbia. Existem ainda cerca de 10 mil hindus, maioritariamente com origem no Sul da Ásia.⁹

INCIDENTES E EVOLUÇÃO

Durante o período abrangido por este relatório, o Governo respeitou em geral a liberdade religiosa e a sociedade zambiana foi tolerante nas questões religiosas. Contudo, o Ministério da Orientação Nacional e Assuntos Religiosos tem sido alvo de crescentes críticas por empreender acções “que esbatem a separação entre a Igreja e o Estado, incluindo o apoio a um Dia Nacional de Oração anual

e a construção de uma igreja interdenominacional”.¹⁰

Foram relatados incidentes isolados contra pessoas suspeitas de envolvimento em feitiçaria, especialmente idosos que praticam certos costumes religiosos tradicionais. Em meados de Agosto de 2018, a polícia prendeu um homem de 22 anos por matar o seu avô de 86 anos, de quem suspeitava ter praticado bruxaria.¹¹ No mesmo mês, uma multidão matou um homem também por suspeita de bruxaria.¹²

Embora as organizações religiosas e da sociedade civil trabalhem bem em conjunto, a polícia relatou que alguns pastores usaram indevidamente a sua autoridade para se envolverem em abusos económicos, emocionais e sexuais.¹³

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O direito à liberdade religiosa é respeitado na Zâmbia e é provável que assim continue num futuro próximo. Ainda que o país se encontre numa encruzilhada política, nada indica que a tolerância religiosa será afectada. Os incidentes reportados parecem ser casos isolados de intolerância.

NOTAS

1 Zambia 1991 (rev. 2016), Constitute Project, https://www.constituteproject.org/constitution/Zambia_2016?lang=en (acedido a 28 de Março de 2020).

2 “Discrimination”, MyWage/Zambia, <https://mywage.org/zambia/decent-work/fair-treatment/discrimination> (acedido a 28 de Março de 2020).

3 Ibid.

4 Zambia 1991 (rev. 2016), op. cit.

5 Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, “Zambia”, Report on International Religious Freedom for 2019, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2019-report-on-international-religious-freedom/zambia/> (acedido a 13 de Setembro de 2020).

6 Ibid.

7 Ibid.

8 Ibid.

9 Ibid.

10 Freedom in the World 2020, Periodical Report - Zambia, Freedom House, 4 de Março de 2020 <https://www.ecoi.net/en/document/2030960.html>

11 “Grandfather killed on suspicion of practicing witchcraft”, Lusaka Times, 15 de Agosto de 2018, <https://www.lusakatimes.com/2018/08/15/grandfather-killed-on-suspicion-of-practicing-witchcraft/> (acedido a 28 de Março de 2020).

12 “Mob kills man in cold blood in Ndola’s Chiwala area”, Lusaka Times, 3 de Agosto de 2018, <https://www.lusakatimes.com/2018/08/03/mob-kills-man-in-cold-blood-in-ndolas-chiwala-area/> (acedido a 28 de Março de 2020).

13 P. Prudence, “Zambia weighs policy to crack down on unregistered preachers”, Global Press Journal, <https://globalpressjournal.com/africa/zambia/churchgoers-report-increased-exploitation-zambia-lawmakers-propose-new-requirements/> (acedido a 14 de Março de 2020).